

**O SETOR SUCROALCOOLEIRO PAULISTA E AS POLÍTICAS DE  
CERTIFICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS**

Matheus Henrique SANCHES<sup>1</sup>

No final de 2011 concluí o bacharelado em ciências sociais na UNESP/FCL/Ar propondo monografia onde discuto as políticas de certificações socioambientais e o conceito de sustentabilidade inserido nas tendências do eco desenvolvimento econômico no século XXI. Aponto como as políticas de certificações socioambientais emergem no contexto global direcionando o debate a partir da publicação do relatório Brundtland<sup>2</sup> que trouxe um ímpeto renovado para o desenvolvimento econômico e social.

Os princípios que norteiam o relatório Brundtland foram assinalados no ano de 1987 em Genebra, onde uma convenção da ONU por intermédio do órgão da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>3</sup> definia o conceito de desenvolvimento sustentável como o “[...] desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades” e o “desenvolvimento sustentável requer satisfazer as necessidades básicas de todos estendendo a oportunidade de satisfazer suas aspirações para uma vida melhor”.

Foi neste sentido, ou no sentido da construção de um desenvolvimento alternativo que repensei o modelo de desenvolvimento econômico e social em voga demonstrando as limitações em responder aos desafios do futuro. Limitações dentre as quais destaco a escassez de recursos que exigirá da sociedade mudanças do próprio paradigma de desenvolvimento. (SACHS, 1995). Em âmbito institucional, a UNEP<sup>4</sup> conceitua os fundamentos da economia verde como “resultado da melhora do bem-estar humano e da equidade social”, [...] “enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e os danos ecológicos”. Trata-se de desenvolvimento econômico impelido pelas obrigações da sustentabilidade abrangendo os preceitos demonstrados por Ignacy Sachs (1995).

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - matheushs@hotmail.com

<sup>2</sup> Relatório Brundtland foi publicado no ano de 1987 introduzindo a problemática ambiental como um problema da esfera política que deveria ser tratada em âmbito mundial.

<sup>3</sup> Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future) também conhecido como Relatório Brundtland por causa da delegada especial Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega na época.

<sup>4</sup> United Nations Environment Programme: órgão das Nações Unidas que promove o entendimento acerca da pauta socioambiental e do desenvolvimento sustentável.

Os complexos agroindustriais que incorporaram novos métodos produtivos foram fundamentais para o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro uma vez que a demanda por matéria-prima oriunda da cana-de-açúcar é essencial para produção de alimentos e energia. Os danos produzidos pela atividade sucroalcooleira precisam assim ser reduzidos fazendo com que a produção seja menos agressiva. A preservação de recursos naturais e da produtividade agrícola com o mínimo de impacto ao meio ambiente é um ponto chave para o surgimento do conceito de agricultura sustentável, conforme relata Eduardo Ehlers (1996) em seu artigo sobre a sustentabilidade da agricultura.

O foco das políticas de certificações é encontrar meios para reduzir ou amenizar os efeitos concretos da atividade agroindustrial do complexo sucroalcooleiro, principalmente, o impacto socioambiental sobre a água e o solo, a população rural e os trabalhadores da colheita. O modelo de certificação dos empreendimentos agroindustriais resulta da governança aperfeiçoada da atividade do setor; ou seja, o gerenciamento dos recursos para colocar em prática um plano de ações efetivas, partindo do pressuposto de que a certificação é o indutor de um processo de melhoria contínua do desempenho socioambiental e que estimula sistemas produtivos “responsáveis” (PINTO; PRADA; RODRIGUES, 2008).

Aponto para o aumento da participação de empresas do Terceiro Setor<sup>5</sup> no marco regulatório do setor agrícola. Estas têm competência para estabelecer normas e procedimentos exigidos nas transações comerciais. Verifico a transferência de atribuições da esfera pública para a privada, sendo que tarefas de responsabilidade do Estado passam a ser de competência de instituições organizadas pelas Third-party Certification<sup>6</sup> (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005). Com o aumento das certificações em todo mundo, as empresas agroindustriais atendem às normas e requerimentos estipulados pelas TPC.

As políticas de certificações na década de 90 surgem a partir da necessidade de regulação do comércio mundial em função do crescente fluxo comercial entre os países e a globalização dos mercados. A proposta era alinhar a produção agrícola aos critérios preestabelecidos de segurança e qualidade dos produtos, tais critérios são requeridos nas transações comerciais e as empresas certificadoras atestam através de selos de qualidade que as empresas certificadas atenderam aos requisitos necessários de segurança e qualidade na produção agrícola.

---

<sup>5</sup> Terceiro Setor: é o conjunto de organizações do setor privado sem fins lucrativos e não governamentais que atuam em áreas de interesse público, formado a partir da iniciativa da sociedade civil.

<sup>6</sup> TPC: Third-party certification: são as instituições do Terceiro Setor responsáveis pelo processo de certificação, desde a elaboração de critérios e a aplicação destes durante a verificação.

As certificações socioambientais fazem parte da tendência do mercado globalizado de bens agrícolas na década de 90. O debate acerca da política de certificação socioambiental emerge nos meandros dos órgãos intergovernamentais que discutem os aspectos nocivos acarretados pelo desenvolvimento agrícola desde o início da chamada Revolução Verde que revolucionou os métodos produtivos na agricultura e causou impactos degradantes no meio ambiente.

Exemplos que cito são as certificações de terceira parte que estabelecem padrões sobre o resultado do processo produtivo, verificando o desempenho da produção nos mais variados indicadores de qualidade e segurança socioambiental, nessa categoria de certificadores se enquadram os institutos como a FSC<sup>7</sup>, a Imaflora<sup>8</sup> e a Bonsucro<sup>9</sup>.

Friso no texto da monografia que o contexto do mercado mundial é de suma importância para as empresas conseguirem seus certificados. A mudança na percepção dos consumidores tem obrigado as empresas a readequarem seu *modus operandi*, como forma de satisfazer as exigências dos consumidores e como parte da estratégia de conquista dos mercados.

A nova tendência surgida nos anos 90 priorizando a adequação aos processos produtivos “responsáveis” que não agredem o meio ambiente e a sociedade é uma importante demanda colocada na agenda internacional a partir das discussões ambientalistas que admitiram pela primeira vez o impacto do homem no meio ambiente.

Estou atualmente estudando o tema e revendo os pontos levantados na monografia, além de participar dos debates e discussões acadêmicas, visando desenvolver tais estudos na pós-graduação.

### REFERÊNCIAS

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Ed. Livros da Terra; 1996.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. **Food Policy**, Guildford, v.30, p.354-369, 2005. Disponível em: <<http://cs3.msu.edu/d/pubs/Hatanaka%20et%20al%20Third-party%20certification%20in%20the%20global%20agrifood%20system.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

---

<sup>7</sup> FSC: Forest Stewardship Council é uma instituição internacional sem fins lucrativos que promove a conservação florestal através da certificação.

<sup>8</sup> Imaflora: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola com sede em Piracicaba.

<sup>9</sup> Bonsucro – Better Sugar Cane Initiative é uma instituição internacional sem fins lucrativos surgida na Inglaterra em 2008, seu compromisso é promover a adoção de práticas sustentáveis no trato da cana-de-açúcar.

MARSDEN, T. **Globalização e sustentabilidade:** criando espaços para alimentos e natureza. Disponível em:

<[http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/marsden\\_globalizacao\\_e\\_sustentabilidade.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/marsden_globalizacao_e_sustentabilidade.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MCMICHAEL, P. Global development and the corporate food regime. **Research in Rural Sociology and Development**, [S.l.], v.11, p.269-303, 2005. Disponível em:

<<http://devsoc.cals.cornell.edu/cals/devsoc/research/research-projects/upload/McM-global-dev-corp-FR.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

PINTO, L. F. G.; PRADA, L. de S.; RODRIGUES, I. C. Possibilidades na cana-de-açúcar. In: ALVES, F. et al. (Org.). **Certificação socioambiental para agricultura:** desafios para o setor sucroalcooleiro. Piracicaba: Imaflora; São Carlos: Ed. da UFSCAR, 2008.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n.25, dez. 1995. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141995000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 dez. 2011.